

DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL

DESENVOLVIMENTO, CAPITALISMO E TERRA: A PRODUÇÃO NA ERA GLOBAL PRECARIZA O TRABALHO?

Autoria: Dr. Marcone Costa Cerqueira

Revisão técnica: Dra. Karen Barbosa Montenegro de Souza

Introdução

A dinamicidade com a qual o sistema capitalista se adapta às crises e se autorreestrutura torna o processo produtivo cada vez mais dependente de novas tecnologias e de mão de obra mais qualificada. Conforme a tecnologia avança, principalmente por meio da automação, a força de trabalho humana se torna dispensável? Essa alteração no processo produtivo impulsionou uma exponencial capacidade de se alcançar níveis cada vez maiores de produção e, assim, alcançar também um mercado maior de consumidores.

A globalização só poderia ser possível por conta dessa alteração no processo produtivo, com cifras jamais imaginadas a partir dos processos antigos de produção? Nesse contexto, a questão se torna o papel do trabalhador, que traz inúmeros reflexos na organização político-social, em especial, nos grandes centros urbanos.

Ao analisar a questão do campo, nos questionamos sobre como a produção agrícola sofreu o impacto da revolução tecnológica dos processos produtivos? Sabemos que o agronegócio é impulsionado pela automação de várias partes da produção no campo, da semeadura até a colheita. E que a produção agrícola também gera impactos no quadro social, principalmente nas classes menos favorecidas como o campesinato, os povos indígenas e as comunidades quilombolas.

Neste capítulo, vamos abordar essas questões para compreender o desenvolvimento humano e a organização social atual. Vamos entender os reflexos da tecnologia produtiva no cenário social, compreender o problema das políticas econômicas que direcionam a atual organização produtiva e sua inserção na organização político-social. E também vamos estudar a questão agrária a partir das políticas de organização e a temática social de reconhecimento e garantia dos direitos dos povos originários e quilombolas.

Bons estudos!

Tempo estimado de leitura: 55 minutos.

2.1 Trabalho, sociedade e economia – II

No moderno processo de produção, a tecnologia alcançou extrema importância. No entanto, as consequências desta realidade são sentidas em todos os âmbitos da organização social. Lançando nossa atenção para os paradoxos advindos desse processo, vemos ao mesmo tempo uma alavancagem nas formas de organização da produção e um aumento da desigualdade social nos grandes centros urbanos.

Tal paradoxo não se dá apenas em termos regionais ou locais, a produção cada vez mais automatizada é a impulsionadora da formação de um mercado global. Dessa forma, países mais ricos contrastam com países onde a pobreza é extrema. Nos grandes centros urbanos, podemos ver bairros com enormes mansões ao lado de comunidades com IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) comparável ao de países pobres da África. A partir desse cenário, vamos tratar da questão da tecnologia no processo produtivo, sua importância para a globalização e seus reflexos nas expressões das diversas questões sociais.

2.1.1 As constantes “revoluções industriais” e o processo autodestrutivo da tecnologia

Ao pensar sobre a história humana no decorrer dos séculos, vemos um enorme esforço do homem em moldar a natureza, modificá-la e extrair o necessário para a sua sobrevivência e segurança. Por muito tempo, esse esforço dependeu somente da força física empreendida no trabalho e na utilização de tração animal. O que mudou o quadro de esforço primitivo foi a utilização de máquinas alimentadas por fontes diversas de energia.

Desde as rodas d'água, passando por moinhos, até o advento das máquinas a vapor, o homem tem aperfeiçoado a forma de se beneficiar da energia de fontes da natureza para potencializar seu trabalho. A chamada Revolução Industrial, ocorrida no final do século XVIII e início do século XIX na Europa, foi uma importante etapa nesse processo. O maquinário movido pela energia a vapor transformou a rústica produção artesanal em dinâmica produção industrial.

O processo de aperfeiçoamento do uso de maquinários determina um tipo de evolução tecnológica, ou seja, a busca de tecnologias modernas e capazes de aumentar a

produção industrial tem tornado o processo produtivo uma corrida determinada pela inovação.

“O passar da invenção de um novo produto ou processo para a sua utilização comercial é chamado inovação” (SANTOS, 1987, p. 17). Dessa forma, uma nova tecnologia, seja no processo de produção ou de uso pessoal, tem a característica de se tornar obsoleta, ou pelo menos, ultrapassada, em relação à tecnologia anterior, o que altera a própria relação de produção e a concorrência entre as empresas. Para compreender a evolução dos processos produtivos e das crises pelas quais o capitalismo passava, Schumpeter (1997) propôs que os ciclos de altos e baixos existentes no processo de produção capitalista e suas subsequentes crises estavam diretamente relacionados à alternância de tecnologias utilizadas na produção.



Figura 1 - A inovação tecnológica e sua implementação é o fator primordial para a modernização da produção no capitalismo

Fonte: Olivier Le Moal, Shutterstock, 2021.

#PraCegoVer

Na figura, temos uma fotografia focando em um botão de ligar, indicando ativar a "inovação".

Por essa perspectiva, quem tem o melhor maquinário e a tecnologia mais avançada tem condições para uma melhor produção, proporcionando diminuição nos custos e uma baixa nos preços finais do produto, o que, obviamente, deixa o produto mais competitivo no mercado. Essa lógica de competição na inovação do processo produtivo por meio da evolução tecnológica cria as constantes revoluções industriais.

VOCÊ QUER LER?

A obra *Teoria do desenvolvimento econômico* (SCHUMPETER, 1997) trata de maneira ampla a questão do desenvolvimento nos primeiros ciclos do capitalismo industrial. A percepção é a de que o cerne da capacidade de evolução do processo capitalista é exatamente a possibilidade de se criar infinitamente novas tecnologias, sendo as antigas tornadas obsoletas.

Isso é a marca do moderno modo de produção capitalista, no qual novos processos de produção e novas fontes de energia estão constantemente sendo buscadas. Com esse cenário, vemos surgir o fenômeno da globalização, a inovação tecnológica não só impulsiona o processo produtivo como também permite uma maior distribuição dos produtos e a interação nos mercados do mundo inteiro. Vamos tratar desse tema no próximo item.

2.1.2 Globalização e processo produtivo: o mundo é uma grande indústria

Sabemos que uma das bases do modo de produção capitalista é o excedente de produção, ou seja, a possibilidade de produzir mais, tendo menos custos para acumular lucro e capital. Para que isso funcione, é necessário 'escoar' o excedente de produção, alcançar mercados consumidores que possam absorver a produção dos produtos e, assim, gerar o ciclo econômico que alimenta o próprio processo produtivo. A partir dessa lógica, quanto mais diversificado for o mercado consumidor, mais chances o produtor tem de 'escoar' sua produção, gerando mais capital e possibilitando o aumento no próprio fluxo de produção.



Figura 2 - A globalização proporciona o aumento nas relações financeiras entre os diversos países, eliminando as dificuldades causadas pelos limites geográficos

Fonte: EM Karuna, Shutterstock, 2021.

#PraCegoVer

Na figura, temos uma fotografia editada digitalmente. Tratam-se duas pessoas apertando as mãos no centro, com foco em suas mãos. Ao fundo, pode-se observar a ilustração do mapa do mundo.

Quanto mais avançada a tecnologia de produção, maior é a capacidade produtiva e as empresas têm necessidade de expandir seus negócios para além dos mercados locais, geograficamente próximos, pois eles não são mais suficientes para absorver toda a produção. Então, parte-se para a busca de mercados estrangeiros como um fator de alavancagem para o aumento dos lucros.

Essa busca ligou os diversos mercados consumidores, em países diferentes, proporcionando a chamada globalização de mercado. No entanto, o processo de globalização vai além da lógica de se produzir em um país e consumir em outro. Podemos afirmar que a globalização é um fenômeno político-econômico, uma vez que interfere não somente no quadro financeiro dos grandes centros urbanos, mas também na organização social. Nesse sentido, a globalização não se vincula apenas ao processo produtivo, mas também a um processo ideológico-cultural que dá substrato à formação de mercados consumidores. Sklair (1995) nos aponta que:

a criação de necessidades depende de estruturas e dinâmicas de camadas múltiplas que fazem a conexão das características individuais do consumidor com os processos que operam em nível social. O sistema capitalista global propaga uma cultura e uma ideologia do consumismo integradas através da manipulação das necessidades de consumo já existentes e da criação de novas necessidades. (SKLAIR, 1995, p. 98)

A globalização, portanto, gera demandas de consumo que na verdade são direcionadas pelas necessidades induzidas pelas grandes indústrias ao inserirem seus produtos em um novo mercado. Esse processo também inclui a ampla divisão da produção, ou seja, grandes indústrias multinacionais implantam suas fábricas em diferentes regiões ou países, utilizando mão de obra mais barata, criando pontos estratégicos de produção para escoamento, gerando, assim, a possibilidade de aumento dos lucros. Por exemplo, uma montadora multinacional europeia de veículos automotores pode produzir seus motores e peças em um país europeu, mas ter uma linha de montagem em um país asiático, e a comercialização do automóvel ser feita em outro continente.

Esse formato de divisão internacional da produção transforma o planeta em um grande conglomerado industrial, interligado para atender à demanda de mercados globalizados.

Com isso, há o impacto gerado na organização político-econômica dos grandes centros urbanos, principalmente em relação ao trabalhador. Esse é o nosso ponto de estudo a seguir.

2.1.3 O trabalhador frente à globalização da produção

A evolução dos processos produtivos ocorrida nas últimas décadas nos leva a pensar na condição do trabalhador e nas consequências da globalização da produção em relação à vida dos indivíduos nos grandes centros urbanos. O processo que o capitalismo tem percorrido nos últimos 100 anos vem transformando as relações de trabalho e a forma como o trabalhador é inserido no sistema. Em sentido amplo, as contradições sociais geradas pelo processo de produção capitalista se aprofundaram, com o sentido de obsolescência que passou a afetar a mão de obra humana nos processos produtivos cada vez mais mecanizados.

Com a constante inovação tecnológica dos processos de produção, principalmente proporcionadas pela automação e gestão integrada de máquinas, a mão de obra foi sendo reduzida na linha de produção.



Figura 3 - A automação dos processos de produção é um dos fatores de aumento nos lucros, uma vez que diminui a necessidade de mão de obra humana

Fonte: archetype, Shutterstock, 2021.

#PraCegoVer

Na figura, temos a fotografia de duas máquinas amarelas que servem como "braços" mecânicos. Há uma em cada lado, ambas apontadas para o centro.

Como consequência da mecanização, o contingente de trabalhadores desempregados foi aumentando, os postos de trabalho foram mudando e para esses novos postos, a mão de obra convencional não é considerada mais qualificada. Como a maioria desses trabalhadores pertence às classes sociais mais vulneráveis e proveem uma importante parte do sustento de suas famílias, temos aqui um grande impacto na realidade social. Observe como os reflexos da inovação tecnológica refletem na realidade político-econômica, ao considerarmos a questão social do desemprego. Vemos também que o processo de globalização, tanto da produção quanto da comercialização, também influencia diretamente a questão social em uma cadeia.

As maiores empregadoras são as grandes indústrias multinacionais que possuem tecnologia mais avançada e competitividade, porém estão reduzindo seus quadros de

funcionários, justamente por adquirirem tecnologia mais autônoma. Por outro lado, essas multinacionais tornam a concorrência insustentável para indústrias pequenas e de médio porte, que ao fecharem as portas, dispensam milhares de funcionários, contribuindo para o aumento de trabalhadores desempregados.

As multinacionais, em geral, buscam estabelecer seus pátios de produção em países onde a mão de obra é mais barata e o escoamento por meio de portos é mais fácil. No entanto, a riqueza gerada pela produção é, muitas vezes, direcionada para suas sedes localizadas nos países desenvolvidos. Dessa forma, a globalização da produção em muitos casos não contribui para o desenvolvimento político-econômico dos países subdesenvolvidos nos quais as multinacionais se instalam.

Na realidade, esse cenário de competitividade entre as empresas e o excesso de mão de obra ociosa, acaba por criar subempregos, ou seja, situações nas quais o trabalhador aceita receber pouco, ou trabalha apenas algumas horas por dia ou semana, ou ainda trabalha sem direitos garantidos. É preciso entender que dentro do processo produtivo, da matéria-prima até o produto final, o que gera riqueza é a manufatura do produto, sua construção enquanto bem de consumo. Sendo assim, os empregos gerados nos demais setores da cadeia econômica, tais como de serviços e vendas, por exemplo, são dependentes desse elo inicial da cadeia.

Todo o arranjo político-econômico tem o Estado, suas agências reguladoras e de assistência social como fontes de regulação que atuam desde as leis sobre produção, importação, exportação e comercialização, até o que os trabalhadores, empregados ou não, recebem do poder público.

Com isso, vamos agora discutir a questão das políticas econômicas e suas implicações.

2.2 Trabalho, sociedade e economia – III

Como vimos, o processo produtivo desenvolvido pelo modo de produção capitalista gerou inúmeras mudanças políticas e econômicas, como os avanços tecnológicos e as desigualdades sociais em países menos desenvolvidos. As políticas públicas de regulação do setor produtivo e do comércio procuram diminuir os impactos de tais questões na vida social dos indivíduos, principalmente os que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade social.

Diante disso, é preciso entender qual é o direcionamento político hegemônico no mundo atualmente e quais suas diretrizes para a questão econômica e social. É necessário ainda compreender como se formam os blocos econômicos entre os diversos países e suas influências nos demais. Vamos entender esses pontos a seguir.

2.2.1 Do liberalismo ao neoliberalismo: as políticas econômicas hegemônicas

Ao estabelecer uma discussão sobre a questão da produção nos moldes do capitalismo moderno, é preciso pensar nas questões políticas que dão substrato a essa realidade. Os países chamados desenvolvidos, nos quais a produção industrial é vigorosa, possuem políticas de governo que se pautam pelas necessidades produtivas das grandes empresas. Na realidade, esse processo não é novo, pois surgiu antes mesmo da Revolução Industrial.

Podemos entender isso com as teorias políticas mais alinhadas à produção capitalista, que surgem após a Revolução Industrial. Uma delas, a teoria do liberalismo econômico, cujo principal autor é Adam Smith, defende que o Estado, enquanto ente político, não deve interferir nas relações econômicas. A economia é regulada por uma espécie de 'mão invisível', equilibrada pelos interesses destes mesmos indivíduos em sustentar as relações econômicas (SMITH, 1996). Ao Estado cabe proteger a posse privada e criar leis que regulem as relações econômicas.

A teoria do liberalismo econômico se tornou a base do capitalismo industrial, alinhado à compreensão do que seria uma organização política ideal para o desenvolvimento do comércio e da riqueza das nações. Devemos lembrar que

essa é uma questão ideológica, na qual o sistema capitalista defende um entendimento político que privilegie sua livre atuação, independente das questões sociais.

No século XX, o que vemos é um neoliberalismo político-econômico, derivado do liberalismo clássico, e mais alinhado aos interesses das classes dominantes capitalistas e das grandes empresas. Esse pensamento político-econômico se tornou hegemônico dentro do moderno cenário globalizado, serve de diretriz para muitos países desenvolvidos e, inclusive, subdesenvolvidos.

Essa posição relacionada também aos países subdesenvolvidos, muitos com economia mista, foi defendida pelo chamado Consenso de Washington, apoiado pelo FMI e pelo Banco Mundial de que “não existe país subdesenvolvido, mas apenas país malcomportado. Ou seja, país que não obedece aos preceitos do neoliberalismo. Desregulamentada, privatizada e aberta a economia, basta o Estado cruzar os braços para que estimule o desenvolvimento” (Magalhães, 2000, p. 17).

Aqui, percebemos que o Estado não deve, nem mesmo, intervir nas questões relativas às instituições sociais básicas, tais como educação, saúde, moradia, transportes. Tudo isso deve ficar a cargo da iniciativa privada, até mesmo a produção de energia, abastecimento e comércio. Assim, qualquer investimento do Estado em políticas públicas limita a iniciativa privada, onera a máquina pública e causa o subdesenvolvimento político e econômico. É uma ideologia político-econômica que nega a luta de classes e as desigualdades sociais, enquanto problemas do Estado, e privilegia, exclusivamente, a ação do grande capital.

No próximo tópico, vamos entender como essa ideologia influencia a organização global do comércio.

2.2.2 A globalização do mercado e as livres áreas de comércio: U.E, Mercosul e Nafta

Na dinâmica de interação entre países produtores e consumidores, países mais desenvolvidos e os menos desenvolvidos, vigora a mesma lógica neoliberal que influencia a política interna de muitos dos países industrializados do mundo. Significa que é hegemônica a visão de que é necessário deixar “livre” o mercado para que se autorregule e para que a competição entre as empresas crie o arranjo necessário para o desenvolvimento econômico.



Figura 4 - A busca do livre comércio entre os vários mercados internos e externos é o objetivo da formação dos chamados "blocos econômicos"

Fonte: chombosan, Shutterstock, 2021.

#PraCegoVer

Na figura, temos uma fotografia editada digitalmente. Há um homem de terno à esquerda, com os braços estendidos, com as palmas das mãos para cima. Há uma projeção acima das mãos do homem com o Planeta Terra e ícones financeiros. Encontramos, também, outros elementos gráficos ao redor e no fundo.

Por esse prisma, percebemos qual é a lógica por trás da criação de áreas de livre comércio. Essas áreas tendem a deixar as relações econômicas entre mercados internos de diversos países menos restritas, facilitando a importação e exportação de bens de consumos, serviços e demais produtos comercializáveis, e isso ocorre por meio da diminuição de taxas de importação e restrições nas tributações financeiras de movimentação. De certo modo, esse processo aumenta a concorrência interna no mercado econômico dos países integrantes da área de livre comércio, privilegiando as grandes indústrias e empresas que apresentam produtos mais competitivos.

ESTUDO DE CASO

Em um determinado país, vamos chamá-lo de X, existem determinadas leis trabalhistas que limitam a ação de rotatividade da mão de obra, determinam regras para o comércio de produtos importados e mantêm sob poder do Estado as principais decisões sobre questões econômicas. O país Y deseja implantar uma fábrica no país X, e o prepara para receber seus produtos. No entanto, as barreiras impostas pelo país X são, no entendimento da empresa Y, demasiadas para sua expectativa de lucros. Isso representa um obstáculo para a interação comercial e inviabiliza, em grande parte, o processo de globalização comercial.

Existem diversas áreas de livre comércio ao redor do mundo, muitas delas baseadas em acordos bilaterais entre dois ou mais países. Há três áreas, em três continentes, que se destacam. A União Europeia, na Europa, que se tornou uma área de livre comércio, com abrangência também na interação entre instituições educacionais, turismo e demais setores. Na América Latina, o Mercosul, área de livre comércio que visa integrar vários países deste continente. Já na América Central e do Norte, há o Nafta, acordo econômico entre México, Canadá e Estado Unidos.

Todas essas áreas de comércio visam proporcionar uma ampliação de mercado para suas empresas internas, seguindo uma lógica de abertura de mercado e diminuição nas restrições econômicas sobre a comercialização de produtos e serviços.

VOCÊ QUER LER?

O mundo é plano: o mundo globalizado no século XXI (FRIEDMAN, 2014) apresenta de forma clara, e amplamente embasada, a maneira como o processo de globalização da economia tem aproximado as diversas culturas. Ao chamar a atenção para o surgimento desse processo, o autor o demonstra ser um processo inevitável e sem volta.

Como vimos, a visão neoliberal de comércio prega a doutrina do chamado 'Estado mínimo', que tem sido hegemônica. No entanto, é imprescindível pensar a questão social a partir dessa lógica de mercado, e para isso, vamos, a seguir, entender melhor a distribuição de renda.

2.2.3 Dos mais pobres aos mais ricos: a questão social frente à distribuição de renda

A lógica político-econômica do neoliberalismo pode até ser hegemônica dentre os países capitalistas, mas mesmo assim, a sociedade não é homogênea, pois não estão todos na mesma condição de disputa social pela subsistência e pela aquisição de bens de consumo e serviços.

A renda gerada pela produção de riquezas se concentra na mão de uma minoria que controla os meios de produção ou dos capitais financeiros que não produzem bens de consumo, mas lucram com a especulação econômica. Já a maior parte da população, depende de sua força de trabalho e da disponibilidade de empregos para se sustentar.

VOCÊ QUER VER?

O tema da desigualdade social, principalmente a extrema pobreza de pessoas que subsistem com aquilo que é descartado pela sociedade, é tema do documentário *Ilha das Flores* (FURTADO, 1989). Ele busca mostrar os traços da desigualdade social desde a produção até o descarte dos produtos, mostrando uma cadeia social que exprime bem as contradições do sistema capitalista.

Observe aqui que esse cenário opõe duas ideias: a do Estado Liberal, ou de 'meritocracia', que beneficia a minoria e quer o máximo de independência, e o chamado Estado de 'bem-estar social', que supre as necessidades da maioria da população.

Dentro do chamado Estado de bem-estar social, os indivíduos em situação de risco social são atendidos pelas políticas públicas assistenciais, em todas as áreas. O Estado de bem-estar social ganhou força após a Segunda Guerra Mundial, principalmente por conta do enfraquecimento do liberalismo e pela devastação causada pelo conflito.



Figura 5 - O Estado de bem-estar social visa fornecer assistência em diversas áreas aos indivíduos em situação de risco social

Fonte: addkm, Shutterstock, 2021.

#PraCegoVer

Na figura, temos a fotografia de uma pessoa oferecendo comida para outra. Uma está à esquerda, derramando uma concha de sopa no recipiente de isopor do outro indivíduo. Há uma panela com a sopa exposta. Ao fundo, pode-se observar outras marmitas já feitas, pessoas se servindo e uma mesa com outros alimentos.

Após meados de década de 1970, houve um novo fortalecimento do Estado Liberal, ou neoliberal, principalmente a partir das políticas da Inglaterra e dos Estados Unidos. Segundo Santos (1987), o capitalismo consegue impor sua lógica de Estado mínimo e disputa livre de comércio quando não há uma crise prolongada ou quando não há uma situação de desemprego em massa. No entanto, em vista das crises prolongadas e dos momentos de extremo desemprego ou arrefecimento da economia, o capitalismo conta com o Estado de bem-estar social para solucionar os problemas surgidos na condição de manutenção da força de trabalho, o trabalhador que depende da política assistencial do Estado para manter sua subsistência básica.

Em vista disso, é preciso pensar um Estado que possa direcionar os recursos necessários para a assistência social aos indivíduos em situação de risco social, dando também condições de mercado para o fortalecimento de empresas nacionais que gerem emprego, mas que não submeta a geração de riqueza aos

interesses do grande capital estrangeiro. Esse quadro de globalização da economia e disputa das classes menos favorecidas pela subsistência não se dá apenas no cenário urbano, mas ocorre também no âmbito agrário. Vamos nos deter na análise da questão agrária no próximo tópico.

2.3 O desenvolvimento humano social no Brasil: a questão da terra - I

Ao analisar a história de exploração e disputa de terras e riquezas que envolve o Brasil, podemos vislumbrar a complexidade e assimetria desse processo. É preciso entender como se organizou a divisão das terras, seus problemas sociais e políticos que ainda hoje reverberam na organização rural e urbana do país. Essas questões serão nosso objeto de estudo e análise neste tópico, por isso, vamos abordá-las de maneira crítica, buscando compreender os meandros constitutivos da questão agrária no Brasil.

2.3.1 Propriedade agrária no Brasil: das capitanias aos grandes latifúndios

Durante sua história recente, enquanto colônia de exploração, a ocupação do Brasil foi não foi por vias de uma divisão igualitária das terras. A primeira divisão de terras visava prover riquezas para a metrópole, Portugal, em forma de matérias-primas vegetais e minerais.

O processo começou de forma gradual nas faixas litorâneas do país e se ampliando para dentro da região ainda inóspita do interior. Essas primeiras faixas de terra destinadas aos indivíduos indicados pela coroa de Portugal, para serem mandatários, eram chamadas de capitanias hereditárias. O que nos interessa compreender é que essa lógica de apropriação da terra é uma lógica de dominação de poucos sobre muitos. Uma estrutura de poder social que já vinha delineada dos resquícios feudais que ainda se perpetuavam nas práticas de dominação e exploração social.

VOCÊ SABIA?

A maioria dos países chamados 'subdesenvolvidos' hoje partilham o mesmo passado colonial, ou seja, foram colônias de grandes nações mercantilistas, ou até pouco tempo, de nações industrializadas. Isso os fez atrasar o processo de implantação industrial e criou uma dependência político-econômica em relação aos países chamados 'desenvolvidos' (SINGER, 1988).

Essa lógica de apropriação e exploração da terra, por meio de estruturas sociais de dominação, se manteve por praticamente todo o processo de expansão das áreas de ocupação nas terras ainda não desbravadas. A posse da terra pelos europeus se deu junto com a submissão forçada dos povos indígenas e africanos.

Com o fim da escravidão, as mudanças políticas no Brasil e o início acanhado da industrialização, a apropriação da terra passou a ser feita por pressão econômica.

Os proprietários de grandes áreas de terra forçavam pequenos produtores e arrendatários a venderem suas terras por preços insignificantes, ou levava-os a perderem suas posses por meios fraudulentos. Essas práticas mascaravam um processo inescrupuloso com aparências de aquisição válida.

Os grandes latifúndios que marcaram o período áureo da produção agrícola e da pecuária no país, antes da industrialização, traziam em suas gêneses os traços de uma dominação social, econômica e política, uma vez que os grandes produtores influenciavam diretamente a política.

Na esteira desse processo desigual e violento, foi se formando uma questão social que não se esgotaria com o fortalecimento da industrialização. Na realidade, a questão agrária ganha força exatamente a partir do momento em que os grandes produtores rurais, latifundiários, começam a perder força e influência política para a elite burguesa industrial. Nesse sentido, podemos dizer que as disputas agrárias começam a se tornar um ponto de inflexão social a partir da década de 1930, não só no Brasil, mas em todo o continente sul-americano. Os governos tiveram que responder à tensão crescente no campo, traçando política para essa área e delimitando regras e diretrizes para a ocupação da terra. A discussão da reforma agrária, enquanto tentativa de

reverter, ou ao menos diminuir, a desigualdade no campo, passou a ser um ponto de análise do poder público. Em vista disso, vamos tratar a questão no próximo item.

2.3.2 A reforma agrária como problema social e político

Quando falamos em problema social e político, de certa forma, estamos separando dois âmbitos distintos que se coadunam na composição do tecido sociopolítico. Indicamos, então, que existe um âmbito no qual se dá as relações entre os indivíduos, a partir de sua cultura, particularidades e modos de vida. E existe outro âmbito no qual se dá a disputa por meio de instituições delimitadas, fundamentadas e sustentadas pela vontade dos indivíduos que compõem o corpo social. Sendo assim, o âmbito político é aquele no qual se dá o embate público entre os indivíduos que se organizam socialmente.

Partindo dessa compreensão, entendemos que existe uma questão social referente à reforma agrária, ou seja, a forma como os indivíduos se organizam, expressam suas culturas e desenvolvem as particularidades de suas vidas no trato com a terra. É necessário respeitar a peculiaridade de cada comunidade, população, e agrupamento de indivíduos que se expressa socialmente.

A questão política que se coloca a partir da reforma agrária é posta em vista das organizações institucionais, as políticas públicas de posse e utilização da terra, os incentivos à produção familiar, as restrições ao agronegócio que esmaga essa produção familiar. Enquanto entes políticos, o poder federal, estadual e municipal, estabelecem diretrizes para a organização do tecido social nas áreas rurais.

Dessa forma, não podemos pensar em uma reforma agrária que parta da questão política sem vislumbrar a questão social. Não é possível criar políticas de posse, utilização e socialização da terra sem levar em conta as diferenças sociais entre as diversas regiões do país, entre as diversas representações culturais e, principalmente, entre as diferenças econômicas das regiões. Ao tentar fazer uma reforma agrária uniforme, padronizada ou alheia à realidade das comunidades rurais envolvidas, se aplica o mesmo pensamento que dominou o período colonial, isto é, uma realidade que coloca em um padrão uniforme, expressões sociais que são disformes, como, por exemplo, os latifundiários e senhores coloniais que viam índios, negros, nordestinos e mestiços como uma única 'massa' que podia ser controlada, sem considerar as particularidades de cada grupo.

Por essa perspectiva, a reforma agrária mais do que uma socialização da posse da terra, deve ser entendida a partir das questões sociais da dominação capitalista também no campo. Sobre isso nos adverte Müller (1986):

Então, para produzir na agricultura hoje não basta mais ser apenas proprietários de terras, ainda que estas sejam um pressuposto da produção. [...] Neste sentido, a terra subordina-se ao capital. Ou, mais claramente: o trabalho agrícola, familiar e assalariado, subordina-se ao capital, no contexto de uma industrialização crescente da agricultura, processo no qual a terra-matéria perde suas forças determinadores das condições de produção, em favor da terra-capital (MÜLLER, 1986, p. 50).

Em muitos momentos, a reforma agrária é vista apenas como reorganização do uso produtivo da terra, não em um sentido de apropriação por parte do camponês de seu trabalho, mas em uma lógica capitalista de produção. O camponês se vê obrigado a se encaixar em padrões de produção, mesmo que pequenos, direcionados a mercados específicos. Ao contrário disso, a reforma agrária deve ser entendida como a restituição da dignidade do camponês, do homem e da mulher do campo, que desenvolve seu modo de vida a partir do trato com a terra. O trabalhador rural se reconhece em seu trabalho como criador de sua própria expressão social.

VOCÊ O CONHECE?

Thomas Robert Malthus foi um importante economista inglês do século XVIII e sua obra está pautada na compreensão dos processos produtivos no campo e na questão demográfica, sendo um dos criadores da demografia. Segundo ele, a taxa de crescimento da produtividade agrícola deve ser proporcional à taxa de crescimento populacional, se não for, haverá escassez de alimentos. Ele segue uma linha de raciocínio matemático para pensar a questão da produção no campo (SINGER, 1988).

Essa dimensão não pode ser perdida em discussões puramente políticas sobre as reformas das leis agrárias e dos programas de incentivo agrícola. Não é apenas uma questão político-econômica, trata-se de dignidade social, de reconhecimento do direito que o trabalhador camponês tem sobre a criação de seu modo de vida e trabalho. A luta por direitos e dignidade se estende do campo à cidade, entrelaçada com as questões sociais do meio urbano. Sendo assim, vamos passar para o próximo item e tratar da disputa social no campo e seus reflexos nas cidades.

2.3.3 A disputa social no campo e seus reflexos no contexto social das cidades

Analisando a questão agrária no Brasil, do início do século XX até meados da década de 1960, percebemos que o problema era tratado em vista de uma política econômica de reestruturação da produção agrícola e controle do crescente êxodo do campo para a cidade. Na opinião de Silva (1986), sempre existiu uma relação puramente econômica entre questão agrária e agrícola, sendo que a primeira só é pensada quando há crise na segunda. Para o autor, na década de 1930, com a depressão do mercado de café, o êxodo de trabalhadores para a cidade foi enorme, devido a falta de trabalho e a superprodução no campo, e por necessidade de mão de obra nos grandes centros que se industrializavam. O contrário se deu a partir da década de 1960, quando os centros urbanos já sofriam com a densidade populacional e a produção no campo começava a se 'mecanizar'.

Nisso, percebemos os reflexos das disputas sociais do campo nos centros urbanos. Quando se pensa o problema agrário apenas pelo viés político-econômico, entende-se a posse da terra como mero modo de produção e o camponês, trabalhador rural, como mero produtor. No entanto, como já salientamos, a questão social é preterida pelas questões políticas e econômicas. Enxergar o trabalhador apenas como mão de obra, não importa se ele está no campo ou na cidade, é importante para que possa utilizar sua força de trabalho em prol da produção de riquezas. Nesse sentido, as lutas dos trabalhadores do campo e da cidade se unificam em torno dos mesmos eixos, reconhecimento de direitos e dignidade.

A luta dos trabalhadores rurais por direito à posse da terra e por dignidade no reconhecimento de seu trabalho é, em todos os sentidos, contrária à lógica do capital agrícola que visa apenas a produção e o lucro. Da mesma forma, a luta dos trabalhadores urbanos por melhores salários, condições de trabalho e dignidade é, em todos os sentidos, contrária à lógica do capital industrial que também se pauta exclusivamente pela produção e lucro.

Assim, ao pensarmos a questão agrária de um ponto de vista social, percebemos que os entraves às reformas profundas e justas são postos pela lógica da posse da terra como modo de produção e poder financeiro e isso se dá pela influência política e econômica. Os indivíduos que são obrigados a migrar do campo para a cidade acabam por sofrerem a mesma depreciação que sofriam no campo, são submetidos a uma lógica produtiva que limita sua dignidade à venda de sua força de trabalho e condiciona sua subsistência à necessidade, ou não, de tal força.

É necessário abordar a questão agrária a partir de seu viés social, obviamente resguardando a possibilidade de subsistência dos trabalhadores do campo, mas não por uma lógica produtiva, na qual a posse da terra está relacionada unicamente à produção e comercialização. Só assim é possível pensar a questão dos direitos à terra dos índios e das comunidades quilombolas, por exemplo, que usam suas terras para perpetuar seu modo de vida social e sua cultura. Vamos ver isso no próximo tópico.

2.4 O desenvolvimento humano social no Brasil: a questão da terra – II

Tendo em vista a necessidade de analisar a posse da terra além da lógica capitalista da produção, devemos abordar a defesa dos direitos das comunidades indígenas e quilombolas. A valorização da história de luta desses povos frente aos constantes ataques sofridos pelas grandes empresas do agronegócio e por políticas governamentais restritivas é parte do entendimento que devemos ter sobre as demandas por terra e os problemas agrários. Um ponto a se discutir são as condições socioeconômicas que viabilizem a subsistência dessas comunidades, entendendo seu lugar na organização político-social do país como um todo, diante de sua história de formação e privações em relação aos povos que foram historicamente explorados nesse processo de formação. Diante disso, vamos passar a discutir a questão agrária a partir das demandas sociais dos povos indígenas e das comunidades quilombolas.

2.4.1 O direito a terra e a terra por direito: a questão indígena

Anteriormente, tratamos da dinâmica de formação do processo de ocupação do Brasil por parte dos europeus que fizeram da 'terra nova' uma colônia de exploração. Os indígenas foram os primeiros povos a serem escravizados. Dizemos povos, pois, existiam na terra 'recém- descoberta' diversos povos originários da região, nativos, que se dividiam em tribos, etnias e comunidades organizadas.



Figura 6 - As várias etnias indígenas se formaram ao longo de milhares de anos de ocupação do território do que viria a ser o Brasil

Fonte: Georgios Kollidas, Shutterstock, 2021.

#PraCegoVer

Na figura, temos uma ilustração colorida de duas índias. A índia à esquerda foi desenhada em tom de roxo. Já a índia à direita foi desenhada em tom de preto. Ambas trazem pinturas em seus rostos. Ao fundo, pode-se observar outras texturas e desenhos diversos de formas.

Obviamente que o modo social de organização dos povos indígenas era diferente do desenvolvidos na Europa, a própria ideia de produzir algo em excesso para comercialização era incompreensível para os povos indígenas. Contudo, mesmo sendo algo estranho à sua cultura, os indígenas foram obrigados a trabalhar nas lavouras, minas e no processo de extração de madeira implantado pelos conquistadores europeus.

A lógica trazida pelos conquistadores era a da posse da terra como modo de produção, uma ideia desconhecida pelos índios que viviam da coleta básica nas florestas, caça e cultivo de subsistência de alguns produtos vegetais. Por conta disso, os índios não conseguiam dominar as técnicas de produção, sendo tomados pelos conquistadores como preguiçosos e ignorantes e aos poucos sendo substituídos pelos escravos vindos da África.

Veja que pretendemos ressaltar o caráter originário desses povos indígenas, um direito natural às terras que ocupavam há milhares de anos, não sendo reconhecido pelos europeus negligenciado e nulo. Em se tratando da religião

dominante, não se pode negar a participação do cristianismo, uma vez que a catequização dos índios tinha como base a ideia de que eles deveriam deixar para trás seu passado primitivo, de adoração a deuses da terra e elementos da natureza, para se integrarem à civilização cristã ocidental. Deus é o criador da terra, confiando ao seu povo, os cristãos, o cuidado dela. Sendo assim, os índios não sendo cristãos, não eram parte do povo de Deus.

Os povos indígenas continuaram a serem vistos como primitivos e improdutivos, mesmo após o fim do período colonial e início das repúblicas e, posteriormente, da industrialização do país. Em um sentido amplo, o direito originário dos índios à terra continuava não sendo reconhecido. Ponto que se agravou com a expansão dos latifúndios e o crescimento da agropecuária, uma vez que exigiam grandes áreas para plantações e pastagens. Essas áreas foram tomadas, muitas vezes por formas fraudulentas, das áreas originalmente ocupadas pelos povos indígenas.

Atualmente, a questão indígena ainda sofre entraves de políticas econômicas voltadas para os interesses dos grandes produtores pecuaristas e latifundiários. A discussão sobre as demarcações de terras indígenas sempre esbarra na argumentação de que grandes áreas poderiam ser produtivas para a extração de minérios e recursos naturais diversos, criação de gado ou agricultura, mas permanecem improdutivas e destinadas a pequenos grupos tribais.

A posse da terra é discutida por um viés capitalista de produção e geração de riquezas, de certa forma a mentalidade por trás disso é a mesma trazida pelos conquistadores europeus, a de que o direito à terra só é justificado economicamente. “Está mais do que claro para todos de que a terra e suas riquezas, como mercadoria e como reserva de valor, atualmente, são a grande propulsora da dinâmica da questão indígena” (GOMES, 2012, p. 26). Essa discussão não se dá apenas na questão dos direitos dos povos originários às suas terras ancestrais, também é vista em relação à posse das terras ocupadas pelas comunidades quilombolas que se formaram ao longo das lutas travadas pelos africanos contra a escravidão, assunto que vamos nos deter no tópico a seguir.

2.4.2 A questão social das comunidades quilombolas e a herança colonial brasileira

No processo de formação do Brasil, enquanto colônia de exploração, os negros africanos foram os que sofreram mais tempo sob o jugo da escravidão. É necessário notar que o Brasil foi um dos últimos países a abolir a escravidão 'explícita', que comercializava e se mantinha cativos os escravos. Percebemos também que, após a abolição da escravidão, os negros tiveram que se sujeitar a uma escravidão 'implícita', vivendo em condições subumanas e aceitar trabalhos extenuantes recebendo praticamente nada.



Figura 7 - O tráfico de escravos da África para o Brasil se tornou uma das atividades mais lucrativas até o século XIX

Fonte: Marzolino, Shutterstock, 2021.

#PraCegoVer

Na figura, temos uma ilustração em preto e branco retratando o tráfico de escravos. Há quatro escravos no centro, amarrados uns aos outros pelo pescoço. Todos estão carregando algo em suas mãos. À esquerda, há uma cabana. À direita, encontramos uma escrava segurando uma ferramenta. Há um recipiente grande no chão, à frente da escrava. Pode-se notar vegetação ao redor e, ao fundo, outros escravos em meio à vegetação.

Durante os mais de três séculos de escravidão, os negros conseguiram lutar por liberdade e formar pequenas comunidades isoladas nos rincões do inóspito interior do país. Essas comunidades eram chamadas de quilombos, refúgios para negros que conseguiam fugir de suas vidas de escravidão. Esse processo traz em sua configuração mais do que uma luta esparsa dos escravos. Na realidade, os escravos, provenientes de tribos africanas distintas, reproduziam de certa forma suas antigas formas sociais de vida.

Não se pode aceitar a narrativa de que os quilombos eram formados por 'escravos fujões', visão dos senhores de escravo que buscavam depreciar a própria luta dos negros. Os quilombos eram uma forma de os negros manterem vivas suas expressões culturais, suas maneiras de organização social e sua busca por liberdade. A sobrevivência era provida por meio da plantação de subsistência, coleta de frutas, caça, pesca, produção de artesanatos e utensílios rústicos.

Nesses centros de refúgio para negros livres, as expressões culturais podiam ser exercidas de forma aberta, enquanto que nas senzalas os negros eram proibidos de praticarem seus cultos religiosos, suas danças típicas e demais ritos. Certamente que isso contribuiu para a continuidade da cultura africana trazida para o Brasil, mas percebemos que esses aspectos não possuem valor financeiro, são muitas vezes escondidos da formação da cultura brasileira, sendo perpetuada a ideia de que os negros contribuíram apenas com o sincretismo cultural e religioso.

Em relação à questão agrária, a situação dos quilombos remanescentes é muito próxima da situação das demarcações de terras indígenas. A lógica capitalista que reforça a ideia de valor mediante produção, influencia a tese de que as áreas destinadas aos quilombos remanescentes não representam avanço econômico para as próprias comunidades. Percebemos ainda uma visão de superioridade dos mecanismos de dominação econômica sobre as organizações sociais de minorias. A tentativa de se criar entraves à legalização, ampliação e viabilização de áreas destinadas a essas comunidades, visa tão somente garantir que os interesses dos grandes produtores não sejam afetados.

VOCÊ SABIA?

A luta dos negros por reconhecimento, logo após a abolição da escravidão, passou por diversos processos políticos, tendo principalmente a propaganda panfletária como instrumento de divulgação. Entre os anos de 1888 e 1937, surgiram movimentos políticos como: a Guarda Negra (1888-1889), a Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a Legião Negra (1932), todos voltados para a questão social do negro nos primeiros anos da República (GOMES, 2005).

Sendo assim, não se trata apenas de obstáculos culturais, de não reconhecimento da rica herança preservada nas comunidades quilombolas, são antes entraves políticos e legais. Políticos, porque a influência dos grandes produtores nas esferas legislativas atrapalha o andamento de projetos avançados nessa área, e legais, porque em geral, historicamente as comunidades quilombolas remanescentes estão nos locais onde os quilombos foram criados, ou seja, não há documentação de posse de terra, muito menos documentos de cessão da terra.

Pensar essa questão por um viés político-econômico de reforma agrária, atrelada às necessidades produtivas é, sem dúvidas, condenar a luta histórica ao ostracismo e à marginalização das comunidades quilombolas remanescentes.

CONCLUSÃO

Completamos mais um ciclo de estudos sobre o desenvolvimento humano e social. Neste capítulo, abordamos temas como desenvolvimento, capitalismo e terra e produção na era global. Tendo como apoio o conhecimento obtido, esperamos que você seja capaz de refletir sobre a prática profissional em sua área de atuação, buscando aprimorar suas competências e habilidades.

Nesta unidade, você teve a oportunidade de:

compreender o processo de evolução do modo de produção capitalista e suas influências na formação das

modernas sociedades, bem como suas implicações nas desigualdades sociais;

compreender o papel das inovações no cenário produtivo, bem como sua função de reguladora da disputa de mercado;

entender como a questão produtiva em termos globalizados influencia a formação de grandes redes internacionais de comércio e interação entre diversos povos;

compreender como a questão da terra, dentro da reforma agrária, é entendida de maneira social e política;

distinguir a questão agrária, da agrícola, do direito a posse da terra de herança indígenas e africana.

[Clique para baixar conteúdo deste tema.](#)

Referências

FRIEDMAN, T. L. **O mundo é plano**: o mundo globalizado no século XXI. Tradução de Cristina Serra, et al. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

FURTADO, J. **Ilha das flores**. Direção de Jorge Furtado. Produção de Mônica Schmiedt, Giba Assis Brasil, Nôra Gulart. Casa de Cinema de Porto Alegre. Brasil, 1989.

GOMES, F. dos S. **Negros e política (1888 – 1937)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

GOMES, M. P. **Os índios e o Brasil: passado, presente e futuro**. São Paulo: Contexto, 2012.

MAGALHÃES, J. P. de A. **Brasil Século XXI: uma alternativa ao modelo liberal**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MÜLLER, G. A terra não é mais aquela: MIRAD nela? In: LEAL, Laurindo (Org.). **Reforma agrária da Nova República: contradições e alternativas**. São Paulo: Cortez/EDUC, 1986.

PRADO JUNIOR, C. **A questão agrária no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

SANTOS, T. dos. **Revolução científico-técnica e acumulação do capital**. Tradução de Jaime Clasen. Petrópolis: Vozes, 1987.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. Tradução de Maria Sílvia Possas. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997.

SILVA, J. G. da. Reforma Agrária, já? In: LEAL, L. (Org.). **Reforma agrária da Nova República: contradições e alternativas**. São Paulo: Cortez/EDUC, 1986.

SINGER, P. **Dinâmica populacional e desenvolvimento: o papel do crescimento populacional no desenvolvimento econômico**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1988.

SKLAIR, L. **Sociologia do sistema global**. Tradução de Reinaldo Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 1995.

SMITH, A. **A riqueza das nações**. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.